



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Licenciamento Ambiental Federal

Reunião de Audiência Pública

Câmara dos Deputados –
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Volney Zanardi

Presidente do Ibama

Brasília, 23 de maio de 2013



Grandes empreendimentos e Meio Ambiente

Projetos com diferentes:

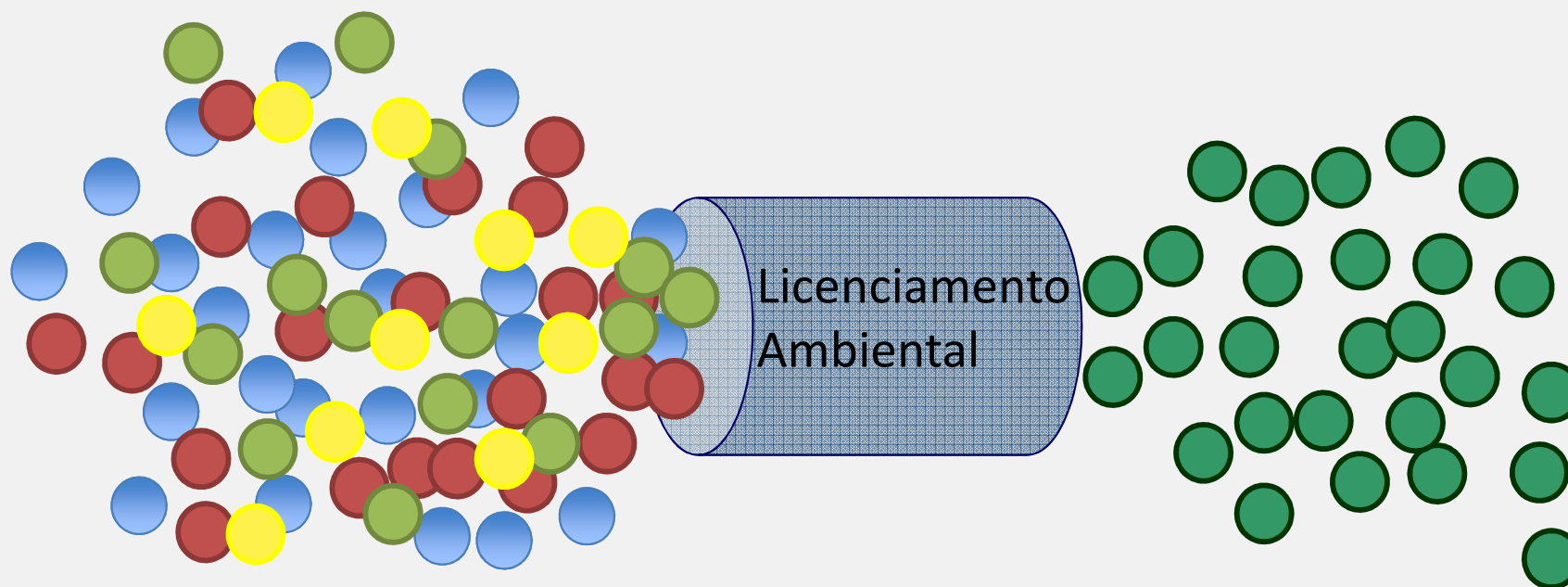
- tecnologias
- padrões
- objetivos



Adequação ambiental, social e econômica no Licenciamento Ambiental



Meio Ambiente equilibrado e ganhos múltiplos para a sociedade



Bons Projetos e Estudos = Bom Licenciamento Ambiental
= GANHO PARA A SOCIEDADE



Licenciamento Ambiental Federal - LAF

- ✓ **Licenciamento Ambiental Federal - LAF:**
 - ✓ Recepcionado pela Constituição Federal de 1988
 - ✓ É um processo administrativo / envolve AIA
 - ✓ Estabelecido pela Política Nacional do Meio Ambiente – Lei nº 6938/1981
- ✓ **Visa:** promover o desenvolvimento sustentável por meio do aperfeiçoamento de projetos potencialmente causadores de impactos ou utilizadores de recursos naturais.
- ✓ **Competência** de execução do LAF: Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC do IBAMA



Arcabouço legal do Licenciamento Ambiental

Lei nº 6938/81 – Política Nacional do Meio Ambiente – art. 10 estabelece o licenciamento ambiental como instrumento da PNMA

Resolução CONAMA nº 01/86 – exigência de EIA/Rima

Constituição Federal 1988 – recepciona a exigência de EIA e publicidade

Resolução Conama 09/87 – audiência pública

Resolução CONAMA nº 237/97 – procedimentos e competências

IN 184/2008 – procedimentos para o LAF e prazos para o licenciamento

LC nº 140/2011 – estabelece competência federal, estadual e municipal



LC nº 140/2011

✓ **LC nº 140/2011** – 09 de dezembro de 2011

- regulamenta o parágrafo único do artigo 23 da Constituição Federal
- instrumento definidor da competência
- estabelece competência federal, estadual e municipal em matéria de licenciamento e fiscalização ambiental

✓ **ANTES:** *conflitos relativos à competência*

- artigo 10 da Lei 6.938/81 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente)
- competência por abrangência do **potencial de impacto** da atividade
- Resolução CONAMA 237/07 – **critérios de territorialidade, titularidade do bem jurídico protegido e natureza da atividade**



LC nº 140/2011

Competência da União (LC nº 140):

XIV - promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades:

= localizado:

- no Brasil e em país limítrofe;
- no mar territorial, na plataforma continental ou na ZEE
- em terras indígenas;
- em unidades de conservação instituídas pela União, exceto (APAs);
- em 2 (dois) ou mais Estados;

= de caráter militar, com exceções

= relacionados a material radioativo

= tipologia determinada pelo Poder Executivo e considerados os critérios de

porte, potencial poluidor e natureza da atividade ou empreendimento;



LC nº 140/2011

Artigo 13º da Lei Complementar 140/11, menciona que os “empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados ambientalmente, por **um único ente federativo**, em conformidade com as atribuições estabelecidas nos termos da Lei Complementar”.



Estrutura da DILIC



DILIC: Atual Estrutura Organizacional

Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC

Assessoria
Jurídica

Assessoria
Técnica

Assessoria
Administrativa

Assessoria
Capacitação

CCOMP

Núcleos de
Licenciamento
Ambiental nos
Estados

Coordenação Geral
de
Petróleo e Gás -
CGPEG

Coordenação de
Produção -
CPROD

Coordenação de
Exploração - COEXP

Unidade Avançada
de Licenciamento
Ambiental
Especializado -
UALAE

Coordenação Geral de
Infraestrutura de Energia
Elétrica – CGENE

Coordenação de Energia
Elétrica, Nuclear e Dutos –
COEND

Coordenação de
Hidrelétricas – COHID

Coordenação Geral de
Transporte, Mineração e
Obras Civas – CGTMO

Coordenação de
Mineração
e Obras Civas – COMOC

Coordenação de
Transporte -
COTRA

Coordenação de Portos,
Aeroportos e Hidrovias -
COPAH



Corpo Técnico do LAF

Unidade	Nº de analistas
DILIC	285
DILIC NLA	126
Administrativos	32

411

Analistas
Ambientais

60% DOS ANALISTAS AMBIENTAIS CONTAM COM
DOUTORADO OU MESTRADO OU MBA OU ESPECIALIZAÇÃO
EM ÁREA AFIM ÀS TIPOLOGIAS DOS EMPREENDIMENTOS



Produção Técnica – Comparativo 2010-2012

Ano	Audiências Públicas	Documentos Técnicos	Licenças Ambientais
2010	21	1.775	473 licenças ambientais 1,9 licenças/dia útil
2011	20	2.392	624 licenças ambientais 4 Indeferimentos 10 EIAs devolvidos 2,5 licenças/dia útil
2012	69	2.616	700 licenças ambientais emitidas 3 Indeferimentos 5 EIAs devolvidos



Produção Técnica - 2013

Documentos Produzidos	3.631*
Pareceres Técnicos	248*
Audiências Públicas	5**
Licenças Ambientais	249 licenças ambientais emitidas**
	3,1 licenças/dia útil

*dados até março/2013 – Doc.Ibama, incluem NLA e DILIC

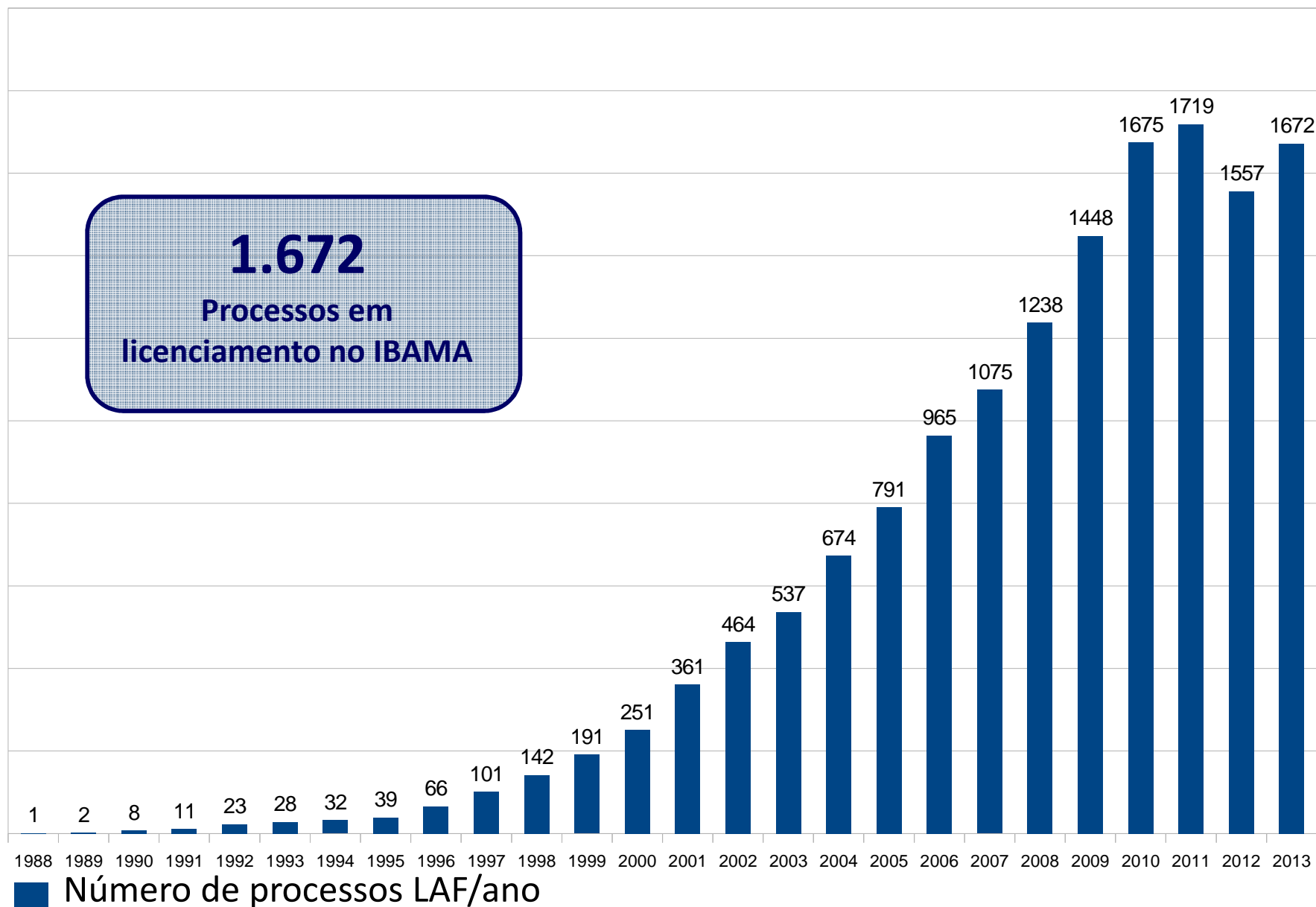
**dados até 30 de abril de 2013 – SISLIC



Carteira de empreendimentos



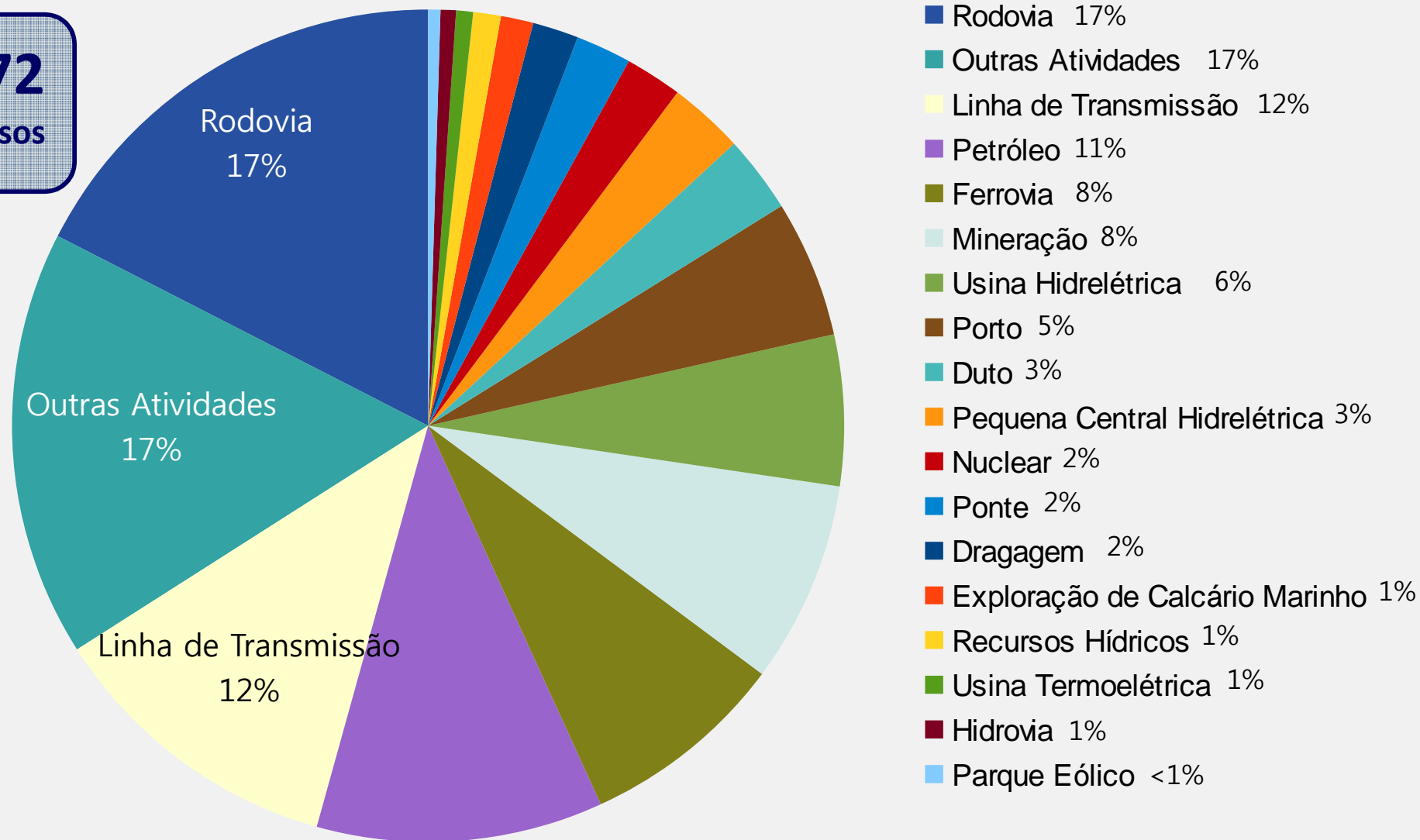
Evolução da demanda ao longo dos anos





Carteira de Empreendimentos LAF – Geral

1.672
Processos



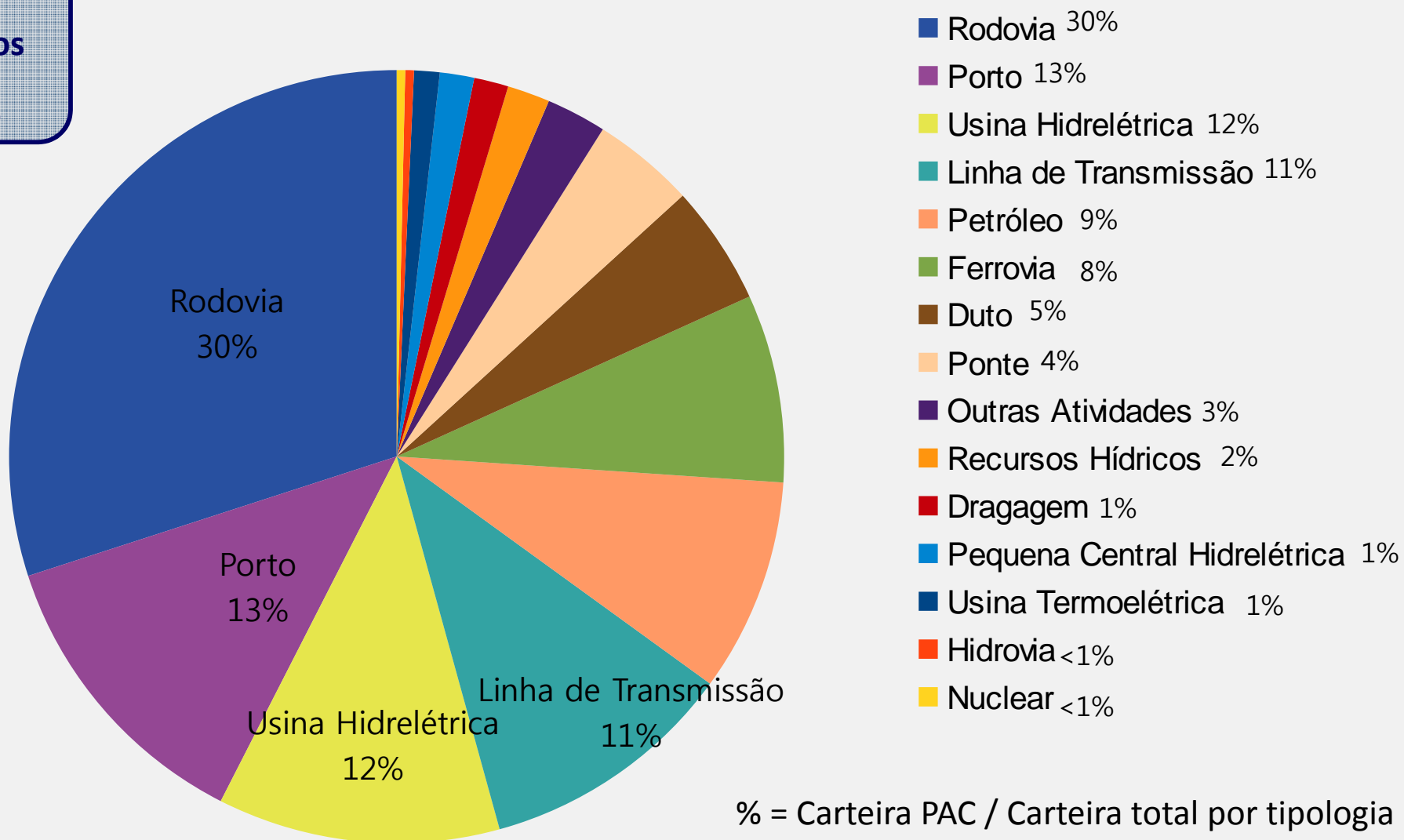
% em relação ao total da
Carteira de Empreendimentos LAF



Carteira de Empreendimentos LAF – PAC

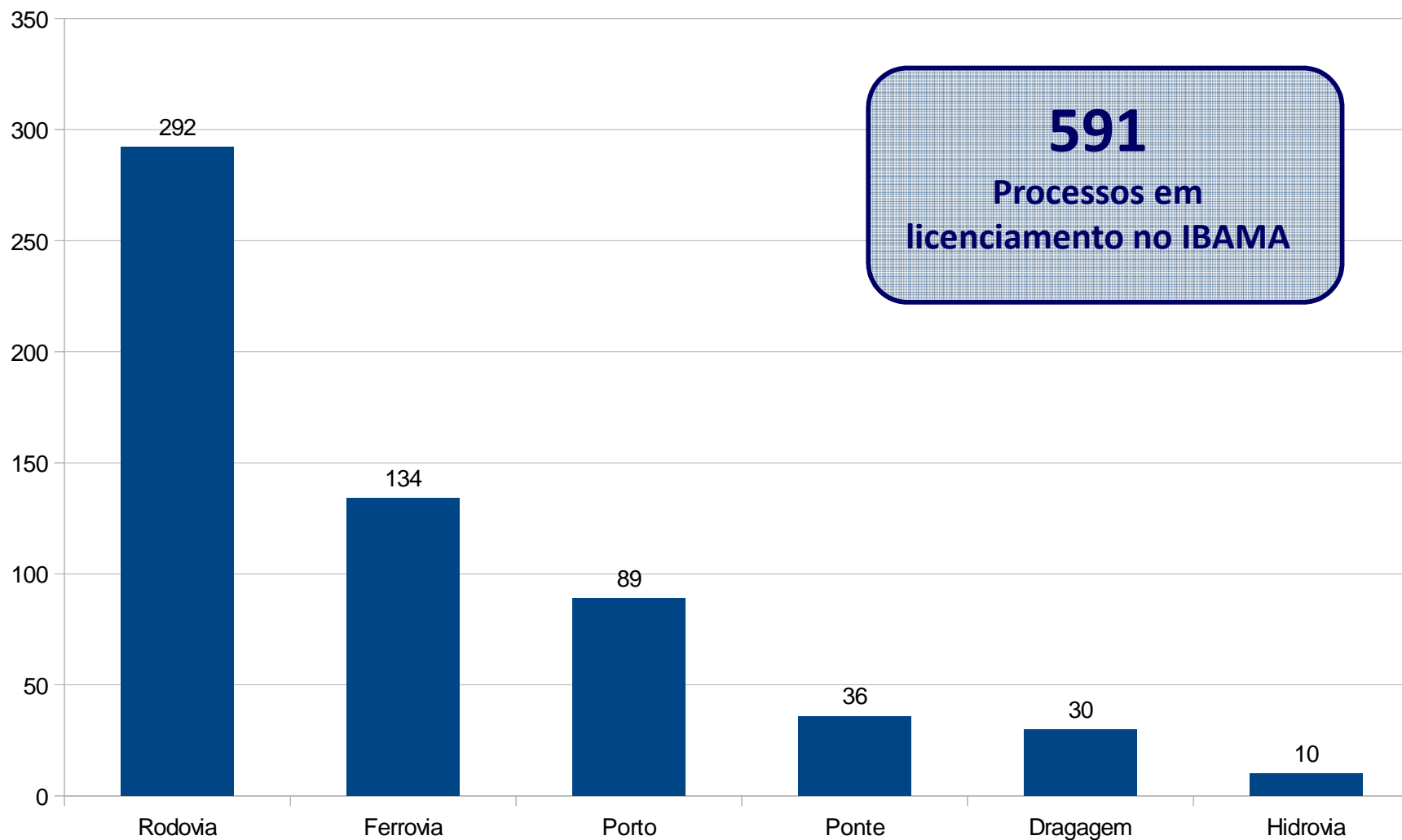
280
Processos
PAC

Análise da Carteira PAC = 17% da carteira total





Carteira de Transporte LAF



591
Processos em
licenciamento no IBAMA



Geração de Energia Hidrelétrica

Usinas Hidrelétricas - Leilões 2013

Ministério de Minas e Energia – MME

Total em leilão em 2013

A ser licenciado pelo IBAMA

38.628 MW

34.429 MW - 89%

Em licenciamento no IBAMA

90.700 MW

UHE Estreito





Transmissão de Energia elétrica



Em 2012: 14.637 km

Linhas de Transmissão

Plano Decenal de Expansão da Energia – PDE versões 2019 e 2020

Período	Total da expansão prevista	Total a ser licenciado pelo IBAMA
2011 a 2020	42.553 km	32.450 km 76,26%



Petróleo e Gás



Produção de gás

Previsão de produção nacional de gás natural no período 2010–2019

Período 2010 - 2019 - aumento de **288,30%**

Produção de petróleo

Previsão de produção nacional de petróleo, destacando a contribuição de recursos do Pré-Sal

Período 2010 - 2019 - aumento de 226,33% na produção

De 2,33 milhões de barris/dia em 2010 → **5,76 milhões de barris/dia em 2020**

- ✓ Exploração: concentração em áreas sensíveis e novas fronteiras
- ✓ Agenda técnica do Ibama:
 - ✓ Emergência: Proteção de costa e “Planos de área”
 - ✓ Avaliação Ambiental de Área Sedimentar – AAAS
 - ✓ Abordagens regionais – monitoramentos, programas



Mineração



Mineração - DNPM

Minério de Ferro - Produção Brasileira (DNPM - 2010)

83 % em licenciamento no IBAMA = 308,5 milhões ton

Cobre - Produção de Cobre contido (em produção + produção prevista no Brasil)

79 % em licenciamento no IBAMA = 372 milhões ton



Transporte



Em 2012: 50.000 km*



Em 2012: 35.000 km*

Rodovias

Plano Nacional de Logística de Transporte – PNLT

Expansão prevista para o período de 2012 - 2015	8.000 km
Expansão prevista para o período após 2015	8.419 km

Ferrovias

Plano Nacional de Logística de Transporte – PNLT

Expansão prevista para o período de 2012 – 2015	12.790 km
Expansão prevista para o período após 2015	9.250 km

*Regularização, Pavimentação, Duplicação



Plano de Investimentos em Logística – PIL

- ✓ Criação da EPL - Empresa de Planejamento e Logística - gestão do programa de concessões
 - ✓ duplicar **5.700 km** de rodovias
 - ✓ construir **10.000 km** de ferrovias

- ✓ Repasse ao setor privado - concessões estimadas em R\$ 133 bilhões ao longo dos próximos 30 anos
 - ✓ R\$ 42 bilhões em investimentos em rodovias
 - ✓ R\$ 91 bilhões em investimentos em ferrovias



Portos e Hidrovias

Portos

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ

2012: os portos brasileiros (públicos e privados) movimentaram 904 milhões de ton

Plano Nacional de Logística Portuária – PNLP

Investimentos de R\$ 54,2 bilhões para portos nos próximos 5 anos – PIL

53% dos portos do PIL estão em licenciamento no Ibama

Programa Nacional de Regularização de Portos

Hidrovias

Plano de Regularização e Manutenção

8 hidrovias estratégicas a serem regularizadas



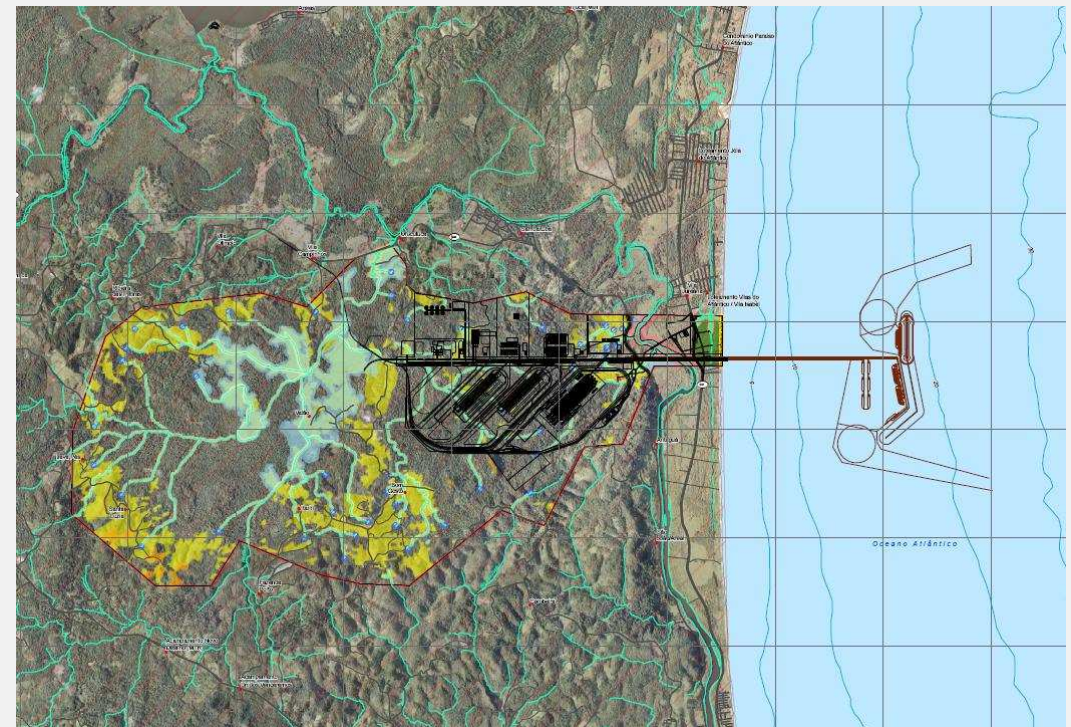
ALGUNS AVANÇOS DO LAF



LAF como instrumento de Gestão Ambiental

Alteração de projetos na fase de licenciamento

- ✓ Exigência do Ibama de alternativas tecnológicas e locacionais com benefícios sócio-ambientais
- ✓ Exemplo: Porto Sul





LAF como instrumento de Gestão Ambiental

Porto Sul

✓ Ganhos ambientais com a mudança do projeto:

✓ **Diminuição do:**

✓ **volume de dragagem:**

36 milhões m³ → 16,49 milhões m³

✓ **impacto da dragagem**

✓ **tempo de dragagem:** 47 meses → 23 meses [-50%]

✓ **Economia de R\$ 850 milhões**

✓ **Diminuição do custo global:**

R\$ 3,60 bilhões → R\$ 2,75 bilhões



Sistema de Gestão Ambiental

SIGA - módulos LAF, AIA e processos de apoio básicos

Processos de Apoio

Soluções corporativas básicas, integradas e fundamentais ao funcionamento das demais soluções
Foco na gestão por processos e resultados

Processo Decisório
Licenciamento Ambiental
Federal - LAF

Processo Técnico
Avaliação de Impacto
Ambiental - AIA



Alguns avanços

✓ Inovação em procedimentos:

- LO UHE Estreito/TO – parceria IBAMA, ANA, ANEEL, ONS;
- **LO de Portos incluindo dragagens de manutenção e terminais privados;**
- Licenciamento integrado petróleo e gás - Pré-sal Etapa 1 (15 empreendimentos) e Etapa 2 (24 empreendimentos) -> **1 LP**, diversas LI/LOs.

✓ **Elaboração conjunta de normativos com MMA e setores interessados para aperfeiçoar o LAF e garantir segurança jurídica (Portos, Rodovias, Petróleo e Gás, LTs e Hidrovias, e Instituições Envolvidas)**

✓ **Parceria com os setores – ANTF, EPL, IBP, ABLimno, DNIT, ANTAQ, SEP, etc**



PORTARIAS



LAF – Marcos regulatórios

✓ **Portarias Interministeriais:**

- ✓ 419/2011: Atuação dos envolvidos no licenciamento ambiental - Funai, Palmares, IPHAN, Ministério da Saúde;
- ✓ 423/2011: Regularização ambiental de Rodovias Federais;
- ✓ 425/2011: Regularização e gestão ambiental portuária;
- ✓ 198/2012: Avaliação Ambiental de Área Sedimentar – AAAS

✓ **Portarias MMA:**

- ✓ 420 e 424/2011: Regularização e licenciamento ambiental de Rodovias Federais e Portos e Terminais Portuários
- ✓ 421/2011: Regularização e licenciamento ambiental de Linhas de Transmissão
- ✓ 422/2011 – licenciamento ambiental de P&G



LAF – Marcos regulatórios

✓ Portaria Interministerial MMA/MJ/MinC/MS:

✓ 419/2011: Atuação dos envolvidos no licenciamento ambiental

- Regulamenta a atuação:
 - da Fundação Nacional do Índio – FUNAI
 - da Fundação Cultural Palmares – FCP
 - do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN
 - do Ministério da Saúde – MS
- estabelece procedimentos e prazos para a manifestação dos órgãos envolvidos no licenciamento ambiental federal
- dispõe sobre a elaboração de parecer em processo de licenciamento ambiental de competência federal a cargo do IBAMA



LAF – Marcos regulatórios

✓ Portaria Interministerial MMA/MT:

- ✓ **423/2011: Regularização ambiental de Rodovias Federais**
 - Institui o Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis – PROFAS
 - objetivo: promover a elaboração e execução dos projetos e atividades necessárias para a regularização ambiental das rodovias federais pavimentadas que não possuam licença ambiental
 - Aplicável somente aos empreendimentos que entraram em operação até a publicação
 - **Atualmente em processo de revisão**
 - Compete ao DNIT planejar, executar e articular o PROFAS



LAF – Marcos regulatórios

✓ Portaria Interministerial MMA/SEP/PR:

✓ 425/2011: Regularização e gestão ambiental portuária

- Institui o Programa Federal de Apoio à Regularização e Gestão Ambiental Portuária – PRGAP
- Aplicável apenas aos portos e aos terminais já implantados e em operação sem licença ambiental, excetuadas as obras de ampliação e as atividades de dragagem (rito ordinário de licenciamento ambiental)
- Competências compartilhadas:
 - União, por intermédio da Secretaria de Portos da Presidência da República
 - Companhias Docas, vinculadas à SEP



LAF – Marcos regulatórios

- ✓ **Portaria Interministerial MMA/MME:**
- ✓ **198/2012: Avaliação Ambiental de Área Sedimentar – AAAS**
 - institui e disciplina a relação da AAAS com a outorga de blocos exploratórios de petróleo e gás natural (P&G) com o processo de licenciamento ambiental
 - objetivos: subsidiar ações governamentais (Desenvolvimento Sustentável e Planejamento Estratégico); classificar a aptidão de locais para exploração; promover a eficiência e aumentar a segurança jurídica nos processos de licenciamento ambiental
 - Competência: Comitê Técnico de Acompanhamento – CTA
Equipe mista MMA e MME
 - Aplicável à bacias sedimentares marítimas e terrestres



LAF – Marcos regulatórios

✓ Portaria MMA nº 420/2011:

- Regularização e licenciamento ambiental de Rodovias Federais
- Dispõe sobre procedimentos a serem aplicados pelo Ibama
- **Atualmente em processo de revisão**
- Aplicável:
 - às rodovias federais administradas pelo DNIT
 - às delegadas aos Estados, Distrito Federal e Municípios pela Lei nº 9.277/1996
 - às concedidas integrantes do Sistema Federal de Viação previsto na Lei nº 5.917/1973



LAF – Marcos regulatórios

✓ Portaria MMA nº 424/2011:

- Regularização ambiental de portos e terminais portuários e Cia. Docas - previstos no art. 24-A da Lei nº 10.683/03
- Dispõe sobre procedimentos específicos a serem aplicados pelo Ibama
- **Complementa a Portaria Interministerial nº 425/2011 na regularização e gestão ambiental portuária**
- Os portos e terminais portuários em processo de obtenção de licença de operação, que se enquadram na previsão, podem se beneficiar da Portaria
- Determina a utilização do Relatório de Controle Ambiental - RCA: estudos, programas e planos ambientais específicos



LAF – Marcos regulatórios

✓ Portaria MMA nº 421/2011:

- Licenciamento e regularização ambiental federal de sistemas de transmissão de energia elétrica
- Dispõe sobre procedimentos específicos a serem aplicados pelo Ibama
- **Estabelece o licenciamento simplificado para LT de baixo impacto (Relatório Ambiental Simplificado)**
- Estabelece prazos específicos para LT
- Permite aos sistemas de transmissão em licenciamento a adesão ao sistema da Portaria



LAF – Marcos regulatórios

✓ Portaria MMA nº 422/2011:

- Licenciamento ambiental federal de atividades e empreendimentos de exploração e produção de petróleo e gás natural
- Dispõe sobre procedimentos específicos a serem aplicados pelo Ibama
- Já previa a AAAS – Portaria Interministerial nº 198/2012
- Aplicável ao ambiente marinho e à zona de transição terra-mar



o Brasil passa por aqui





Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Volney Zanardi
www.ibama.gov.br/

presi.sede@ibama.gov.br
Telefone 61 3316.1001 até 1003